

Arquitetura escolar: um olhar sobre a infraestrutura e as condições de funcionamento de uma escola do campo de Serra do Ramalho/BA

School architecture: a look about the infrastructure and operating conditions of a school in the countryside of Serra do Ramalho / BA

ROLIM, Inaiara Alves¹

ALVES, Cândida Maria Santos Daltro²

Resumo: Este estudo objetivou conhecer a estrutura arquitetônica e compreender quais as condições de funcionamento das escolas do campo, sendo analisadas as condições físicas, estruturais, administrativas e pedagógicas da escola do campo. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e que utilizou como instrumento de coleta de dados a observação direta, entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Participaram dessa pesquisa a direção e os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola do campo, situada no Município de Serra do Ramalho/Bahia. Os dados coletados evidenciaram que as escolas do campo são carentes de um projeto arquitetônico que contemple as necessidades dos estudantes, tanto no que diz respeito ao processo de aprendizagem, com atividades e dinâmicas e segundo as especificidades socioculturais dos estudantes, quanto às condições de acesso à escola e aos seus espaços.

Palavras-chave: estrutura e precarização da escola do campo; educação do campo; instituições de ensino do campo;

Abstract: This study aimed to know the rural schools' architectural structure and understand their working conditions, analyzing the physical, structural, administrative, and pedagogical conditions of the rural school. This work is the result of field research, with a qualitative approach that used direct observation, semi-structured interviews, and bibliographic research as a data collection instrument. The participants of this research were the director and teachers of Early Childhood Education and the early years of Elementary School of a country school, located in the municipality of Serra do Ramalho / Bahia. The informatios collected showed that there isn't an architectural project in rural schools that addresses the needs of students, both concerning the learning process, that include activities and dynamics

1 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC; Professora da Educação Básica e Coordenadora de Educação do Campo no Município de Serra do Ramalho/BA. E-mail: inaiararolim@gmail.com

2 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1992), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professora com dedicação exclusiva na Universidade Estadual de Santa Cruz e atua como professora no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação no Mestrado Profissional em Educação: Formação de Professores da Educação Básica, na Linha de Pesquisa Educação e Infância. E-mail: candida_alves@uahoo.com.br

and that is according to the socio-cultural specificities of the students, and the access to the school and its spaces.

Keywords: structure and precariousness of rural school; rural education; rural teaching institutions.

1 ARQUITETURA ESCOLAR: UMA PEQUENA INTRODUÇÃO

O conceito de Educação do Campo é novo e ainda está em processo de construção e de afirmação junto ao poder público. Ele foi cunhado durante a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), no ano de 1997, organizado pelo MST e com o apoio da Universidade de Brasília – UnB, onde foi posto o desafio de pensar um modelo educacional do campo que leve em consideração sua realidade política, econômica, social e cultural. Enfim, uma educação que respeite seu modo de produzir sua história e de organização temporal e espacial. Em resposta às lutas dos movimentos sociais por uma Educação do Campo origina-se o conceito da Escola do Campo, com uma organização diferente da Escola Rural, que por muito tempo dispensou um processo de ensino descontextualizado da realidade das pessoas que habitavam áreas do campo no Brasil, (OLIVEIRA, 2018).

No que concerne às escolas do campo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/1996 - propõe em seu Art. 28, uma nova concepção de Educação do Campo, que respeite todas as particularidades que existem neste espaço de formação, sendo obrigatória a adaptação de um currículo diferenciado para a realidade campesina. Entretanto, o que se percebe é que algumas escolas do campo ainda se apresentam de forma precária, sem estrutura física ou materiais adequados que possibilite aos professores o desenvolvimento de atividades intencionalmente pensadas a partir das especificidades da cultura campesina, e que pode dificultar a realização de um trabalho que venha contribuir para a valorização da identidade das pessoas do campo.

Dessa maneira, ainda não é assegurado, de forma explícita na LDB, o acesso e permanência dos alunos na escola do campo, nem tampouco prédios escolares com infraestrutura adequada. Para fazer contraposição a essa realidade de precariedade, sobretudo, formativa, é que se apresenta a Educação do Campo, uma

proposta construída por meio de uma longa trajetória de lutas e discussões intrínsecas aos movimentos sociais, às entidades sociais do campo, às representações civis, sociais e aos sujeitos do campo. No seio das reivindicações por uma Educação do Campo construída junto com os povos do campo, tendo como base seus valores e sua cultura, com profissionais habilitados para atuarem nesse meio, está a necessidade de escolas com infraestrutura adequada para atender com presteza aos alunos do meio rural.

Nesse sentido, o presente estudo faz uma análise a respeito da situação da estrutura física e administrativa das escolas campesinas, pois a infraestrutura dessas escolas ainda é um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma gestão da educação de qualidade no meio rural, comprometida com a comunidade local. Nesse contexto, surge o Plano de Ações Articuladas – PAR³, estratégia de auxílio técnico e financeiro, criado pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que prevê a realização de ações com vistas à melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino. As Ações pedagógicas previstas no PAR envolvem os Acervos bibliográficos; Formação continuada e capacitação; Jornada literária; Material didático; Material pedagógico; Material escolar; Material de consumo; Cursos EAD; Materiais esportivos. As Ações de infraestrutura abrangem Ampliação; Construção; Reforma; Equipamentos; Ônibus escolares; Ônibus acessível; Bicicleta e capacete; Equipamentos e kit de cozinha; Brinquedos; Quadras escolares; Equipamentos de climatização; Instrumentos musicais; Mobiliário; Computadores, projetores e tablets.

Entretanto, ainda é comum encontrarmos escolas com problemas relacionados à energia elétrica, sem internet, sem laboratório de informática, sem quadras para os alunos praticarem atividades esportivas, dentre outros elementos, aulas que não tratam de cuidado com animais e plantas, de rios e tratamento do lixo. Essa realidade denuncia a necessidade da infraestrutura das redes públicas de ensino, assim como, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo.

3 Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2> Acesso em: 23 jan. 2021.

Ao fazermos uma incursão pela história da humanidade observamos que a arquitetura está presente na vida do ser humano desde a pré-história. No decorrer do tempo, “a fim de atender às diversas necessidades humanas que são, de forma geral, morar, ter acesso à saúde, educação, lazer e trabalho, uma série de espaços foram criados, com elementos e organização específicos, variáveis de acordo com a proposta de uso” (SOUZA, 2018, p. 56). Assim, mudam as relações entre as pessoas no seu contexto social, mudam as construções arquitetônicas e suas finalidades. No âmbito educacional a arquitetura escolar precisa ser pensada de maneira integrada à proposta pedagógica da escola e que seja acolhedora para alunos e professores, favorecendo o processo de ensino e facilitando a aprendizagem.

Gonçalves (1999) aponta que promover a junção entre projeto pedagógico, profissionais, condições de trabalho e espaços físicos adequados significa permitir o acesso à educação enquanto direito, materializando-se “em um sistema que comporte programa, currículo, métodos, espaços físicos, professores e condições de trabalho, entre outros. Mas, é exatamente na concretização destas condições que o direito declarado não se efetiva” (GONÇALVES, 1999, p. 47).

Nessa perspectiva, a configuração arquitetônica do prédio escolar é compreendida como parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem, articulando-se com a concepção de ensino, de educação e de sujeitos que se quer formar. Na mesma direção, Funari e Zarankin (2005), afirmam que se quisermos de fato investir na formação desse sujeito almejado, “... as próprias estruturas materiais escolares precisam ser alteradas, [pois] a cultura material escolar condiciona até mesmo o êxito dos procedimentos inovadores” (p. 143). Nesse contexto, a arquitetura escolar forma o espaço onde a educação formal é realizada, ao mesmo tempo em que congrega relações humanas e sociais que constituem o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a arquitetura escolar não pode ser analisada separada dos acontecimentos, atividades e práticas que ali são desenvolvidas, como a prática de esportes, brincadeiras, jogos, jardinagem, dentre outras. Ao mesmo tempo, precisamos compreender que o conjunto das atividades que acontecem na escola não são aleatórias e desprovidas de objetivos e finalidades previamente delineados. Considerando que toda ação pedagógica possui um fim específico e para alcançá-lo

o professor precisa de materiais e espaços adequados, compreendemos que a arquitetura escolar precisa ser considerada durante o processo de aprendizagem, visto que esta pode causar fortes impactos nas práticas da escola. Desse modo, as atividades oportunizadas pelo espaço constituem-se elementos que podem promover a interação, as trocas de informações, compartilhamento de experiências e construção de laços de amizade. Assim, após os espaços familiares, não podemos perder de vista que a escola é o segundo espaço de vivência espacial do educando, integrando a criança em experiências coletivas e favorecendo sua socialização.

De acordo a LDB 9394/96, a família, assim como a escola e os espaços sociais se constituem “espaços formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Entendendo o espaço físico escolar como influenciador no processo de aprendizagem e, em muitos casos, limitador das práticas pedagógicas, Kowaltowski (2011, p. 12) afirma que “o arquiteto, ao definir os espaços e usos da instituição escolar, pode influenciar a definição do conceito de ensino na escola”. Desse modo, entendemos que o tipo de piso, o tamanho dos espaços internos e externos, a ventilação, o tipo de porta, as fechaduras, os acessos a cada espaço e as atividades realizadas nesses espaços, os móveis, os tempos, entre outros aspectos, são determinantes, tanto para as práticas pedagógicas quanto para o processo de aprendizagem. Nessa direção, um projeto arquitetônico escolar precisa escolher de maneira cuidadosa como será construído cada espaço e os elementos que o comporão, assim como, conhecer os usos e finalidades pedagógicas de cada um desses espaços, conforme o público a ele destinado.

Nesse processo é necessário levar em conta, também, a quantidade e a faixa etária dos estudantes que frequentarão a escola. Nessa direção, no contexto do PAR, foi criado o Projeto Arquitetônico Padrão do FNDE para construção de prédio escolar, cujo objetivo é orientar a construção de um espaço de acordo com as demandas da comunidade no que diz respeito ao número de alunos, faixa etária, necessidades especiais e acessibilidade.

É importante considerar o tempo em que as pessoas passam no interior dos espaços educacionais para compreender as relações que aí se estabelecem. De

acordo Kowaltowski (2011), as pessoas passam maior parte do dia dentro de prédios escolares, ao menos 20% da população, sendo “pertinente indagar a respeito do impacto de elementos arquitetônicos sobre os níveis de aprendizagem de alunos e de produtividade dos professores ao transmitir conhecimentos” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 40).

Nessa perspectiva, na seleção dos materiais, elementos arquitetônicos e organização dos espaços é oportuno pensar nos elementos de ordem prática, como as distâncias, a segurança, o tamanho e as condições dos ambientes físicos, a acessibilidade para os estudantes com necessidades especiais, uma vez que o estudante precisa sentir-se confortável para aprender sem nada que interfira negativamente em sua predisposição em aprender e produzir conhecimentos. Aliado a isso, o ambiente precisa ser estimulante para que a escola possa utilizá-lo para promover o desenvolvimento da atenção, explorar a curiosidade e despertar o desejo de estudar nos estudantes.

Ao refletir sobre a questão da estrutura arquitetônica e das condições de funcionamento das escolas do campo, Leite (1996, p. 298) destaca que a escola do meio rural, em muitos municípios, ainda segue um planejamento importado da realidade urbana e sobrevive “a partir de uma estrutura capenga, a escola rural delineou sua trajetória através do desinteresse governamental em estipular uma política educacional própria, levando-a a uma ‘imitação’ do processo urbano”. Nesse sentido, há a necessidade de que as políticas públicas para a Educação do Campo considerem o aluno em seu contexto cultural e social para, assim, entender que o meio rural precisa de escolas em boas condições físicas e de materiais adequados e de qualidade para que os profissionais da educação possam desenvolver uma prática pedagógica significativa e com identidade camponesa, a fim de evitar a evasão dos alunos do campo para a cidade.

A esse respeito, a Resolução Nº 36 de 21 de Agosto de 2012, que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dispõe sobre destinar recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, 12 de abril de 2012, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados no ensino fundamental, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades educacionais,

necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino e à elevação do desempenho escolar.

Nessa direção, as escolas do campo precisam de estrutura adequada para constituir-se no que Fernandes (2012), chamou de Territórios da Educação do Campo, “que nos desafiam para construirmos as condições educacionais apropriadas para o desenvolvimento de um modo de vida em família, a terra, o alimento, a comunidade, a escola, o movimento, as pessoas, o trabalho estão acima da mercadoria” (FERNANDES, 2012, p. 15). Desse modo, enquanto território da Educação do Campo, o ambiente escolar tem a função de contribuir para a formação humana e intelectual de seus alunos; mais que prepará-los para o mercado de trabalho ou para trabalhar na terra com a família é tarefa da escola do meio rural formar sujeitos que defendam seu meio e saibam lutar por seus direitos, sendo o prédio escolar um deles. Assim, segundo Alves (1998), “o espaço escolar deve ser considerado como uma dimensão material do currículo”.

No contexto do meio rural, muitas vezes a escola funciona também como espaço para execução de serviços sociais como vacinação, atendimento médico, reunião da associação e cooperativas, comemorações de datas importantes para a comunidade, realização de missas, quando a comunidade não possui igrejas, realização de exames, dentre outros serviços. Concordamos, então, que o espaço escolar é constituído, “[...] de espaços materiais, visualizáveis. O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens” (FRAGO, 2001, p. 63). E nesse contexto, a falta de infraestrutura pode contribuir, portanto, para a precarização desses serviços e, muitas vezes, impossibilitar a oferta dos mesmos, obrigando os moradores do campo a procurarem outros locais para realizarem suas reuniões e dirigirem-se à cidade para fazer exames, por exemplo. Dessa forma, compreendemos que “a arquitetura de uma escola, mais que um cenário onde as relações e os conflitos se estabelecem, exhibe um programa visual representativo de como a educação é compreendida em nosso país” (ZAN; POSSATO, 2014, p. 2176).

Assim, a luta pela construção e manutenção das escolas do campo justifica-se, tanto pelo seu papel educacional, contribuindo com o desenvolvimento cognitivo, afetivo, crítico e sentimento de pertencimento a esse espaço, quanto pelo seu papel social, pois favorece a coesão entre os povos do meio rural. Enquanto espaço de

socialização o “espaço escolar exerce fascínio, seja nos alunos que estão estudando hoje seja naqueles que foram alunos um dia. Neste espaço estão impregnados vários símbolos, signos que ainda hoje influenciam qualquer um de nós”, (SCHMIDT; MAGRO, 2001, p. 2). Desse modo, a escola do campo precisa ser entendida para além do espaço físico, mas como local de vivências e que agrega a diversidade e pluralidade cultural de um povo. Além da aquisição e produção de conhecimento, a escola do campo é, também, ambiente de fortalecimento da identidade dos sujeitos desse espaço e de formação humana, de sujeitos de direitos.

2 METODOLOGIA

Este artigo é o recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Este recorte objetivou conhecer a estrutura arquitetônica e as condições de funcionamento de uma escola do campo, analisando as condições físicas, estruturais, administrativas e pedagógicas dessa escola. Este estudo parte da compreensão de que a arquitetura escolar possui forte influência no processo de ensino e aprendizagem, visto que esta pode ser percebida nas dimensões da ambientação, convivência, controle e padronização.

Este estudo é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1994, p.21-22), “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Essa abordagem possibilitou a ampliação da compreensão e interpretação do fenômeno estudado por meio da imersão do pesquisador no mundo simbólico e subjetivo dos participantes da pesquisa.

A pesquisa utilizou como técnicas e instrumentos para coleta de informações a pesquisa bibliográfica, a observação direta e a entrevista semiestruturada. No primeiro momento foi feito o levantamento do aporte teórico para fundamentar a discussão sobre o fenômeno estudado; em seguida aconteceu a visita a campo, que após autorização da direção escolar teve início a observação. Esta aconteceu durante a última semana do mês de setembro de 2019 e possibilitou à pesquisadora conhecer os ambientes, a estrutura física, o mobiliário, a dinâmica para realização

das atividades pedagógicas, a realização de atividades físicas e brincadeiras e se a escola promove a acessibilidade de alunos com necessidades especiais.

A entrevista aconteceu em ambiente controlado e individualmente na sala dos professores. Os participantes foram 11 professores e a direção da escola do campo onde aconteceu a pesquisa, que está localizada no município de Serra do Ramalho/BA. A escola funciona com 107 alunos, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental. Por meio do convênio com o governo do Estado da Bahia a escola cede suas salas de aula para o funcionamento do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec, atendendo 28 alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Esta pesquisa foi desenvolvida segundo as normas exigidas e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com processo número 3.547.050 do ano de 2019.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A origem do município de Serra do Ramalho - BA está relacionada à construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique. A criação do assentamento que deu origem ao município foi coordenada pelo INCRA que, por meio do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR -, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem terras de várias partes do país distribuindo-os em 23 povoados, denominados, hoje, de Agrovilas. Essa área pertencia, inicialmente, ao município de Bom Jesus da Lapa, e era habitada pelas populações ribeirinhas, sendo em sua maioria remanescentes de quilombos. Sua emancipação política se deu em 13 de junho de 1989, pela Lei Estadual Nº 5.018.

A comunidade onde está situada a escola *lócus* da pesquisa, até 1974 era uma fazenda. Em 1995 a área foi legalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para novos assentados acomodando 207 famílias, numa área de 209 lotes; contando com dois lotes de reserva ambiental medindo um total de 5.600 hectares.

A escola da comunidade foi fundada em 1997 e está situada próxima a BR 349 e iniciou suas atividades na casa de um morador da comunidade. Em outubro

de 1998, por meio de convênio com o INCRA, foi construído o prédio escolar, contendo uma sala de aula, uma cantina, uma secretaria e dois banheiros. Após várias modificações e reformas, hoje a escola está estruturada conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Caracterização dos Ambientes da Escola.

Ambiente	Aspectos observados
Entrada da escola	Sem calçada e sem rampa de acesso.
Pátio de entrada	Piso grosso e coberto apenas pela metade
6 Salas de aula	Amplas, mas escuras, entrada de ar tipo cobogó (blocos de concreto com furos)
Sala dos professores e Sala da gestora	Duas salas igualmente pequenas, sem janelas, pouca luminosidade e ventilação com uso de ventiladores.
3 Banheiros	Dois banheiros pequenos e um maior, mas não possuem rampas de acesso nem chuveiros.
Uma sala para guardar livros e os computadores	Ampla, possui duas janelas, mas a luminosidade e a ventilação são precárias, pois o forro é de PVC.
Cantina	Pequena, com pouca ventilação (apenas uma janela pequena), sem exaustor e sem cobertura na frente.
Pátio ao fundo	Terra batida, sem cobertura e sem iluminação à noite.
Móveis nas salas de aula	Educação Infantil: mesas e cadeiras de acordo com a faixa etária. Ensino Fundamental e Médio: cadeiras reutilizadas de outras escolas e do tipo mesa acoplada ao acento.
Área externa	Não possui
Quartinho usado como almoxarifado/depósito	Pequeno, sem janela, pouca luminosidade e sem ventilação.
Corredores laterais	Metade com piso de cimento e metade em terra batida, que causa o problema da poeira nas salas de aula quando o vento sopra, grudando nas mesas, cadeiras, no material e nas bolsas; sem iluminação à noite.

Fonte: Observação. Construção da autora, 2019.

O quadro mostra que a escola onde aconteceu a pesquisa carece que aconteça a efetivação das políticas públicas educacionais voltadas para o contexto campesino, de maneira que contribua com a valorização e respeito da vida no campo e materialize a Educação do Campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo parte da análise de um novo significado de escola; uma escola para além do ensino, mas com foco na formação plena, humana de seus sujeitos. Um espaço de formação de militância, de pessoas comprometidas com a defesa de seu território e do direito de organizar-se social e politicamente em seu espaço de vivências. Caldart (2011), aponta que as discussões empreendidas na década de 1990 objetivaram materializar a resolução dos conflitos concernentes à vida no campo. Nesse contexto, a escola, entendida como espaço primordial da educação formal, passa a ser um dos caminhos para a melhoria de um local quase sem perspectivas de mudança na vida da população, o meio rural.

No cerne dessa questão está a necessidade de uma infraestrutura adequada para a realização de atividades diversas e que seja confortável para os alunos. Nesse sentido, foi possível observar que a escola pesquisada é de pequeno porte, que precisa de reformas nas salas de aula, ampliação da sala dos professores e da diretoria. Precisa também, colocar piso na área em frente à cantina (colocar grama, a fim de evitar a poeira para os alimentos) e melhorar a ventilação em todos os ambientes. Pois mesmo usando ventiladores (havendo dois em cada sala de aula), não são suficientes para refrescar e tornar o ambiente mais agradável, visto que a região é de clima quente e seco. Também, precisa de móveis adequados para todos os estudantes, pois a maioria das cadeiras são desconfortáveis e muito gastas. As salas de aula utilizadas pelas crianças da Educação Infantil e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio possuem a mesma estrutura, diferenciando-se apenas os móveis. No que diz respeito à iluminação, as salas que ficam localizadas no meio da escola são mais escuras que as localizadas nas laterais, sendo que se faz necessário trabalhar com as luzes ligadas durante todo o dia.

A partir informações do quadro, é possível perceber aspectos que se constituem grandes dificuldades inerentes às condições físicas da escola do meio rural. Um dos pontos negativos relatado pela diretora diz respeito “à *indisponibilidade de áreas para a prática de atividades físicas, reforma na rede elétrica, trocar todas as portas dos cômodos da escola e colocar mais lâmpadas em torno da escola para melhorar a luminosidade para os estudantes do Ensino Médio no turno noturno*” (DIRETORA). O depoimento da diretora revela a situação precária

de muitas escolas do meio rural, que conforme Bof (2006), “além de existir, as escolas precisam ensinar. (...) são necessários insumos pedagógicos, tais como computadores e bibliotecas, infraestrutura física, tal como água e eletricidade, e, principalmente, bons professores, boa abordagem pedagógica e boa gestão” (BOF, 2006, p. 52).

Ainda persiste uma grande desigualdade educacional entre meio rural e meio urbano, que diz respeito, entre outros fatores, à estrutura física da escola, pois como aponta Arroyo (2005), a respeito da concepção de escola do campo criado ao longo da história, “em nossa história domina a imagem de que a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler”. (ARROYO, 2005 p.11). E para tanto, não precisa de um prédio com uma infraestrutura grandiosa; portanto, são grandes as dificuldades que os professores enfrentam, a cada dia, para cumprir com seu papel na escola.

Os problemas identificados na estrutura escolar reforçam o descaso dos governos com os estudantes da Educação do Campo, uma vez que a ausência da materialização de políticas públicas educacionais destinadas à educação das pessoas que vivem no meio rural contribui com a precarização de suas escolas e com a oferta de uma educação que, em muitos casos, não favorece a formação global dos estudantes. Percebemos que os espaços escolares são utilizados nas mais diversas atividades pedagógicas como: aulas, palestras, reuniões, atividades recreativas, eventos da escola e da comunidade, salas de vacinas (quando solicitado), etc. Isso demonstra a necessidade de uma escola com espaços adequados para o desenvolvimento de atividades de acordo com a faixa etária dos alunos e os segmentos educacionais, mas também que esteja a serviço da comunidade.

De acordo com Schmidt e Magro (2012, p. 1), “o aluno passa grande parte do seu dia na escola. Está ali para adquirir conhecimento, competências e habilidades que levará para a vida toda. E este tempo em que ali permanece deve ser o melhor e o mais agradável possível” e precisa ter sentido para a vida das pessoas que ali estão. Quando uma escola é inaugurada ela ganha vida, adquire as características das pessoas que a habitam e para proporcionar ambientes de socialização, onde as

relações serão construídas ao longo do tempo, ela precisa ser projetada de modo a oportunizar as vivências nesse espaço de maneira agradável.

Pois uma escola é muito mais que um espaço a ser ocupado ou lugar onde será ofertado um serviço público; uma escola é espaço de formação de sujeitos, onde acontece a vida. Ao realizarmos um estudo mais profundo a respeito da arquitetura das escolas do campo, percebemos que, embora “o ambiente físico escolar seja, por essência, o local do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem” (KOWALTOWSKI, 2011, p. 11), estas não têm sido construídas considerando aspectos pedagógicos, sociais, multidisciplinar, nem tampouco são estruturadas de modo a atender as necessidades dos sujeitos que ocuparão esse espaço: os professores, alunos, pais e comunidade.

Aqui é necessário chamar atenção para outro fator: a importância de separar as etapas da Educação infantil e Ensino fundamental, pois apresentam especificidades diferentes, uma vez que, na escola em discussão, essas etapas funcionam juntas no turno matutino. Para além da diferença de idade, há aspectos que precisam ser levados em conta na oferta da educação infantil, como a rotina pedagógica, os processos de higiene, alimentação e momentos de recreação e brincadeira. Também, os espaços destinados à educação infantil, ou escolas que recebem crianças dessa etapa da educação, necessitam ser constituídos segundo as particularidades das crianças.

No Brasil, “além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2006, p. 10). Significa dizer que a educação infantil exige um ambiente e processo educativo propício ao seu desenvolvimento intelectual, afetivo, psicomotor e biológico, assim como, os professores dessa etapa necessitam de espaços e materiais adequados para desenvolverem sua prática de maneira saudável e que atenda às necessidades das crianças. Entretanto, observamos que as salas destinadas às crianças da educação infantil não possuem brinquedos ou materiais que promovam a exploração, a descoberta, a criatividade por parte das crianças.

Nessa perspectiva, a investigação a respeito da percepção da direção e dos professores sobre a funcionalidade educativa e estratégias para aumentar a funcionalidade dos espaços, os desafios decorrentes da infraestrutura escolar e

estratégias para superá-los, aspectos que precisam ser melhorados e a área externa, possibilitou conhecer como esses profissionais caracterizam a escola.

Quadro 2 – Caracterização da infraestrutura da escola.

Funcionalidade educativa	<p>As salas de aula são utilizadas nas atividades pedagógicas formais, a biblioteca utilizada como um espaço de leitura, momento de ampliação dos saberes construídos na sala de aula. A sala dos professores utilizada para Aula Complementar – AC e, muitas vezes, utilizada como espaço de reforço escolar. O pátio utilizado nas atividades físicas e recreativas, onde há muitas vezes troca de saberes com colegas de séries diferentes, a horta utilizada como um ambiente onde se coloca em prática os conhecimentos construídos ao longo da vida, saberes passados pelas gerações, etc.</p>
Estratégias para aumentar a funcionalidade dos espaços	<p>Mantendo a organização dos espaços para a utilização das atividades como, por exemplo, após o uso da biblioteca e o uso dos jogos, brinquedos, etc. manter o espaço arrumado para que outras turmas possam utilizar, uma vez que a escola dispõe de poucos funcionários.</p> <p>Terminar a cobertura do pátio para que as atividades não fiquem restritas a determinados horários do dia, abertura de janelas em algumas salas, na secretaria e sala de professor, manter aberta a biblioteca.</p>
Desafios decorrentes da infraestrutura	<p>Limitações nas atividades físicas e recreativas é uma das piores limitações. Cantina pequena, falta de espaço para merendar, entre outras. Ter que dinamizar as aulas em um espaço tão pequeno e fechado.</p>
Estratégias para superar os desafios	<p>Tentamos nos adequar aos espaços existentes, adequando algumas atividades físicas e recreativas por exemplo, a merenda é servida na sala de aula, etc. realizar algumas atividades em um horário específico onde o pátio não pegue sol, etc.</p>
Aspectos que precisam ser melhorados	<p>Precisamos urgentemente de uma adequação nos espaços para as atividades físicas, arejamento de alguns espaços, troca de todas as portas e janelas das salas. Também, há a necessidade de um espaço escolar acessível às pessoas com necessidades especiais, pois a escola não tem rampas em nenhum de seus espaços e não há barras de apoio nos banheiros.</p>
Área externa	<p>A área da entrada é formada por um pátio parte coberta outra não, temos uma área no fundo da escola que foi pré preparada para ser um mini campo, porém ainda não foi concluído. Dois espaços a frente e ao lado do pátio: um utilizado para o plantio de horta (não utilizado atualmente devida a falta de água constante na comunidade), outro que desejamos fazer um parquinho que ainda não saiu do papel por falta de verbas. Esses espaços citados são utilizados para a realização de palestras, eventos, atividades físicas e recreativas dos educandos. A meu ver, falta um olhar diferenciado dos professores para melhor aproveitar esses espaços no processo de alfabetização, um planejamento, sair da</p>

caixinha da sala de aula. Entender esses espaços como possibilidades e diferenciais no processo educativo.

Fonte: Entrevista com direção e professores. Construção da autora, 2019.

Os dados evidenciam que “o espaço físico compõe a vida escolar como parte de suas multi-determinações” (GONÇALVES, 1999, p. 47). De acordo com as informações dos participantes, os espaços escolares podem materializar o direito à educação por meio do conjunto: estrutura física, currículo, condições de trabalho, materiais. Dessa forma, não há dissociação entre arquitetura escolar e efetivação da educação, visto que “a luta por uma escola pública de qualidade passa também pela necessidade de existirem espaços físicos de educação que integrem um conjunto de condições capazes de viabilizar esta possibilidade” (GONÇALVES, 1999, p. 47-48). Nesse sentido, é inegável a interligação entre as práticas pedagógicas e a arquitetura escolar. De acordo com Gonçalves (1999), sobre a aparência e organização dos ambientes, destaca que “os aspectos de salubridade e conforto, a luz, a cor, a temperatura, o som, a sensação de abrigo provocam no ser humano sensações que podem ser positivas ou negativas, de segurança ou insegurança” (GONÇALVES, 1999, p. 50).

Nesse cenário, aspectos como espaços apertados, falta de ventilação, de piso adequado, área para atividades físicas, implicam diretamente na efetivação de uma educação de qualidade, pois além de causar uma impressão negativa nos alunos, tornam difíceis as condições de trabalho dos professores.

Temos indícios, então, de que a escola do meio rural precisa que se efetivem as políticas públicas educacionais para esse espaço para que a escola desse espaço passe a ser concebida em sua totalidade, levando em conta aspectos estruturais como a qualidade do prédio e de suas áreas internas e externas. Sobre isso, o Decreto Nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no Art. 1º prevê que a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

No entanto, no caso da escola em destaque é possível perceber, também, a ausência de acessibilidade a pessoas com problemas de locomoção a todos os espaços; tanto pela falta de rampas de acesso e barras de apoio, quanto pela inviabilidade em andar com equipamentos de locomoção em chão com terra solta e em meio às pilastras nos corredores. Desse modo,

Os portadores de necessidade especiais sofrem uma dupla exclusão: participam do acesso desigual à educação determinado pelas diferenças sociais e, [...] as barreiras colocadas pela arquitetura escolar, pensada e planejada apenas para os mais “iguais”, ou para os “normais” (GONÇALVES, 1999, p. 47).

Para garantir os direitos dos estudantes com necessidades especiais, foi criado o Programa Escola Acessível. A Resolução/CD/FNDE nº 19, de 21 de maio de 2013, dispõe no Art. 1º Destinar recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para cobertura de despesas de custeio e capital, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica, com matrícula de alunos público alvo da educação especial em classes comuns registradas no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, contempladas com salas de recursos multifuncionais.

Assim, pensar a integração dos portadores de necessidades especiais para se locomover e acessar os ambientes da escola significa, também, lutar pela democratização da educação e conquista da cidadania.

A ausência de área externa limita as brincadeiras e prática de esportes, dentre eles sua atividade preferida: o futebol. Quando os professores precisam realizar algumas dessas atividades eles pedem permissão ao vizinho da escola para utilizar a área próxima e que possui várias mangueiras. As crianças ficam muito contentes quando têm a oportunidade de realizar atividades como piquenique, jogos, contação de histórias, movimentação corporal ampla, dentre outras, embaixo das mangueiras. Os momentos ao ar livre são ansiosamente esperados pelas crianças e já adquiriu um significado especial para elas. A respeito do significado dos espaços Gonçalves (1999, p. 51), afirma que “o espaço tem a dimensão do próprio homem. Ninguém deixa de lembrar a casa onde viveu na infância, as grandes obras que visitou, [...]”. Locais que causaram a curiosidade, felicidade, medo, aconchego, segurança ou descobertas. Isso explica o fato de os alunos demonstrarem apego à

escola; apesar das dificuldades enfrentadas diariamente na rotina pedagógica. Nesse aspecto a atuação da direção e dos professores é significativa, pois têm criado estratégias para superar os desafios impostos pela infraestrutura da escola e aumentar a funcionalidade educativa dos espaços escolares, ao utilizar de outros espaços educativos extramuros da escola.

As imagens apresentadas evidenciam que as escolas localizadas no campo ainda não são pensadas levando em conta os aspectos relacionados à fruição cultural, às aprendizagens múltiplas e ao desenvolvimento cognitivo, biológico e afetivo. Dessa forma, as informações mostram que “o espaço físico traduz as relações de poder existentes, tanto em seu interior, como em seu exterior” (ZAN; POSSATO, 2014, p. 2176), nos dando indícios que a escola do campo vem sobrevivendo com uma estrutura precária e que impõe inúmeros desafios à prática pedagógica dos professores. No entanto, os dados apresentados no quadro 2 mostram que os profissionais não desanimam frente às dificuldades enfrentadas cotidianamente, os quais têm criado estratégias e ações para maximizar a utilização dos espaços enquanto ambientes de aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que os povos do campo têm sua história marcada pelas desigualdades, que se traduzem, entre outros fatores, na precariedade das escolas situadas no meio rural. Para tanto, há a necessidade de lutar pela efetivação e implementação de políticas públicas consistentes e condizentes com as diversas realidades do campo brasileiro, para construção de uma escola do campo de qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada, que respeite as especificidades de cada etapa educacional, professores melhor remunerados e com formação própria para atuar com essa realidade.

Nesse sentido, investigar a respeito da estrutura e das condições de funcionamento das escolas do campo vai além da investigação sobre estrutura física, materiais pedagógicos ou recursos financeiros. Falar da escola do campo pressupõe falar de educação de qualidade para o povo do campo; de um modelo educacional construído de acordo com as especificidades de cada povo, seja indígena, ribeirinho, quilombola, caiçara, dentre outros. E para construir uma

educação que vá ao encontro das especificidades de cada povo é essencial a existência de uma escola com infraestrutura adequada, que oportunize a efetivação de uma educação crítica e que possibilite a leitura, problematização e transformação da realidade.

A escola estudada possui uma estética que nos chama a atenção e nos revela um ambiente que, apesar da estrutura física precária, acolhe seus alunos com carinho e respeita suas especificidades socioculturais, é limpo e organizado, mesmo diante da precariedade de suas instalações. A ação da gestão e dos professores têm sido em prol da maximização da aprendizagem dos estudantes promovendo ações que vem tornando os espaços mais funcionais. Para tornar a escola mais agradável, a direção e os professores têm promovido gincanas, passeios, torneios de futebol em um campinho próximo à escola, piqueniques e brincadeiras embaixo das mangueiras ao lado da escola. Os participantes da pesquisa, mesmo enfrentando desafios diversos, demonstram esperança e perseverança de que haja uma mudança por parte do poder público e confiam que as estratégias usadas para melhorar os espaços contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos estudantes.

Assim, essa investigação apresenta um olhar inicial a respeito da infraestrutura da escola do campo, realizando uma reflexão do ponto de vista educacional e pedagógico. Há a necessidade, portanto, de mais pesquisas que aprofundem os conhecimentos e que ajudem a descrever e analisar a infraestrutura e condições de funcionamento das escolas do meio rural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas**: o espaço como dimensão material do currículo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Por uma escola do campo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOF, Alvana Maria (organização); MORENO Carlos Eduardo Sampaio ... [et al.]. **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996 Lei nº 9.394/96. MEC, Brasília, 1996.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207352&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204.que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 23. Jan. 2021.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 36, de 21 de agosto de 2012. **Destinar recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, 12 de abril de 2012, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3752-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36,-de-21-de-agosto-de-2012>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE/Nº 19/2013 de 21 de maio de 2013. **Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13291-resol19-21maio2013&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jan. 2021.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
FENANDES, B. M. Territórios da educação do campo. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. de F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRAGO, VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. **Cultura Material escolar: o papel da arquitetura**. Pró-posições, n. 16, v. 1, p. 135-144. Campinas: Unicamp, 2005.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A arquitetura escolar como materialidade do direito à educação**. Revista Ponto de Vista. V. 1. N. 1. Julho/dezembro, 1999.

KOWALTOWSKI, D. C. C. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: Urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996. MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 24ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, José Fábio. **O processo de ensino e aprendizagem nas escolas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no município de Delmiro Gouveia** - Alagoas. Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) - Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

SCHMIDT, I. T.; MAGRO, E. **O Gestor e a Organização do Espaço Escolar**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

SOUZA, L. N. **Arquitetura escolar, parâmetros de projeto e modalidade de aprendizagem**. Campinas, SP: [s. n.], 2018. (Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo).

ZAN, D.; POSSATO, B. C. **Espaços Cerrados**: as marcas da violência e do controle na arquitetura das escolas. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 2176 - 2191 out./dez. 2014

Enviado em: 20-08-2020
Aceito em: 24-01-2021
Publicado em: 16-04-2021